



Conselho Nacional de Justiça

ANEXO II

**Modelo de Interoperabilidade de Dados do Poder
Judiciário e Órgãos de Administração da Justiça**

Versão 2.1

Brasília – abril de 2012

2

Sumário

1. Contextualização.....	4
2. Versões	5
3. Visão Geral dos Objetos de Comunicação.....	6
4. Serviços Ofertados.....	11
4.1 Visão Geral das Operações.....	11
4.2 Autenticação.....	12
4.3 Autorização.....	12
5. Dinâmica das Comunicações.....	14
5.1 Entre Tribunais.....	14
5.2 Entre Tribunais e outros órgãos de administração da Justiça.....	14
5.2.1 Protocolo Inicial.....	14
5.2.2 Avisos de Comunicação.....	15
5.2.3 Consulta de Comunicação.....	15



1. Contextualização

Este documento se destina a estabelecer as bases para o intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração da Justiça, e, além de servir de base para a implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual de que trata o TCOT n.º 073/2009, servirá como base de discussão para revisão do modelo já estabelecido em razão do acordo TAC n.º 58/2009.

2. Versões

Versão	Autor/Revisor	Data	Modificação
1.9.0	Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho	03/08/10	Inicial
1.9.1	Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho	17/12/10	Rascunho final
2.0.0	Grupo de Interoperabilidade	14/03/11	Versão final
2.1.0	Antonio Augusto Silva Martins Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho	30/04/12	Inclusão de objetos solicitados pelos participantes do grupo Correção do documento para a versão 2.1.0



3. Visão Geral dos Objetos de Comunicação

A definição clara de elementos de comunicação – ou objetos de comunicação – é determinante do sucesso da interoperabilidade. No presente modelo, a opção se deu pelo uso de dois arquivos definidores de esquema (XML Schema Document, XSD) que descrevem esses objetos, permitindo o intercâmbio de dados independentemente das implementações existentes em cada órgão.

A relação dos arquivos, nome de esquema e dos objetos neles definidos é a seguir apresentada. Os anexos I e II contêm os documentos XSD respectivos. A documentação de referência pode ser gerada a partir desses arquivos.

Arquivo Localização Namespace	Objetos definidos
intercomunicacao-2.1.xsd http://www.cnj.jus.br/intercomunicacao-2.1/{nomexsd} http://www.cnj.jus.br/intercomunicacao-2.1	tipoAssinatura tipoAssuntoLocal tipoAssuntoProcessual tipoAvisoComunicacaoPendente tipoCabecalhoProcesso tipoComunicacaoProcessual tipoDocumento tipoDocumentoIdentificacao tipoEndereco tipoIntercomunicacao tipoMovimentoLocal tipoMovimentoNacional tipoMovimentoProcessual tipoParametro tipoParte tipoPessoa tipoPoloProcessual tipoProcessoJudicial tipoRelacionamentoPessoal tipoRepresentanteProcessual tipoVinculacaoProcessual identificadorComunicacao modalidadeDocumentoIdentificador modalidadeGeneroPessoa modalidadeParticipacaoProcessual modalidadePoloProcessual modalidadeRelacionamentoPessoal modalidadeRepresentanteProcessual modalidadeVinculacaoProcesso tipoCadastroIdentificador tipoCadastroOAB tipoComplemento tipoComunicacao tipoData tipoDataHora tipoNumeroUnico tipoPrazo tipoQualificacaoPessoa
tipos-servico-intercomunicacao-2.1.xsd http://www.cnj.jus.br/intercomunicacao-2.1/{nomexsd} http://www.cnj.jus.br/tipos-servico-intercomunicacao-2.1	tipoConsultaAlteracao tipoConsultaAlteracaoResposta tipoConsultaAvisosPendentes tipoConsultaAvisosPendentesResposta tipoConsultaProcesso tipoConsultaProcessoResposta tipoConsultaTeorComunicacao tipoConsultaTeorComunicacaoResposta tipoEntregaManifestacaoProcessual tipoEntregaManifestacaoProcessualResposta



O arquivo *intercomunicacao-2.1.xsd* define os objetos básicos para troca de informações processuais. Eles incluem os dados de cabeçalhos, movimentações, assuntos, classes, polos processuais, partes do processo, documentos, tipos de documentos entre diversos outros elementos. Há um elemento raiz (*intercomunicacao*) que permite encapsular quaisquer desses dados em um só tipo de elemento, mas o objetivo principal é definir os tipos básicos de objetos de interoperabilidade que podem ser utilizados pelos serviços disponibilizados externamente. Na tabela a seguir, consta o nome e a descrição sucinta de cada um dos tipos definidos nesse arquivo:

Nome	Descrição
tipoAssinatura	Tipo de elemento destinado a permitir o armazenamento dos dados relacionados à assinatura digital de um objeto.
tipoAdvogado	Tipo de elemento destinado a permitir a identificação de um advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, de um escritório de advocacia inscrito ou de um órgão de representação processual (advocacia pública, MP e defensoria pública).
tipoAssuntoLocal	Tipo de elemento destinado a permitir prestar informações relativas a assuntos criados localmente pelo tribunal.
tipoAssuntoProcessual	Tipo destinado a permitir a identificação de um assunto processual.
tipoAvisoComunicacaoPendente	Tipo de elemento destinado a indicar a existência de uma comunicação pendente.
tipoCabeçalhoProcesso	Tipo destinado a reunir todas as informações elementares do processo, tais como polos, classe, assuntos, número do processo, local de tramitação etc. Também serve como elemento informador dos dados básicos nos casos de protocolo inicial.
tipoComunicacaoProcessual	Tipo de elemento destinado a comunicar concretamente uma providência judicial para uma parte. A <i>dataReferencia</i> indica o momento em que foi considerada a parte intimada, seja por provocação do intimado/citado/notificado, seja por decurso do prazo legal para tomada de ciência.
tipoDocumento	Tipo de elemento destinado à transferência ou à viabilização de transferência de documento processual.
tipoDocumentoIdentificacao	Tipo destinado a permitir a criação de documentos identificadores de uma determinada pessoa.
tipoEndereco	Tipo de elemento destinado a permitir o cadastro de endereços. Esse tipo tem o atributo opcional 'cep' e os elementos de texto 'logradouro', 'numero', 'complemento', 'bairro', 'cidade', 'estado' e 'pais', todos opcionais. Na implementação de validação, a presença do 'cep' deve dispensar o preenchimento dos elementos 'cidade', 'estado' e 'pais' e poderá dispensar a presença dos demais elementos que já estiverem presentes no diretório nacional de endereços (DNE) como vinculados ao código de endereçamento postal definido.
tipoIntercomunicacao	Tipo de elemento raiz da intercomunicação. Ele deverá conter um dos elementos principais (processojudicial, avisocomunicacao e comunicacaoprocessual).
tipoMovimentoLocal	Tipo de elemento destinado a permitir prestar informações relativas a movimentos criados localmente pelo tribunal.
tipoMovimentoNacional	Tipo de elemento que permite a indicação da realização de um movimento existente na tabela unificada de que trata a Resolução 46.
tipoMovimentoProcessual	Tipo de elemento destinado a permitir apresentar informações relativas à movimentação processual.
tipoParametro	Tipo de elemento destinado a permitir a inclusão de parâmetros na forma nome/valor, sendo o nome um atributo do elemento e o valor seu



	conteúdo.
tipoParte	Tipo de elemento que permite a identificação de uma parte que compõe o processo. Cada parte deve ter apenas uma pessoa física ou jurídica.
tipoPessoa	Tipo de elemento destinado a permitir a individualização de uma pessoa física ou jurídica.
tipoPoloProcessual	Tipo destinado a permitir a identificação do polo ocupado por uma determinada parte no processo judicial.
tipoProcessoJudicial	Tipo de elemento destinado a armazenar os dados de um processo judicial.
tipoRelacionamentoPessoal	Tipo destinado a permitir a vinculação entre uma parte e outra pessoa. Aplicável nos casos de tutela, curatela, assistência ou representação dos pais e substituição ou representação processual nos casos de ações coletivas.
tipoRepresentanteProcessual	Tipo de elemento destinado a permitir a identificação de um advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, de um escritório de advocacia inscrito ou de um órgão de representação processual (advocacia pública, MP e defensoria pública).
tipoVinculacaoProcessual	Tipo de elemento que permite informar uma vinculação entre um processo judicial e outro.
identificadorComunicacao	Sequência de caracteres no formato AAAAMMDDNNNNNNN, onde AAAA é o ano, MM o mês e DD o dia de produção do aviso ou da comunicação e NNNNNNN o número identificador local da intimação.
modalidadeDocumentoIdentificador	Elemento destinado a permitir a identificação dos diversos tipos de documentos de identificação existentes. Trata-se de enumeração dos seguintes tipos: <ul style="list-style-type: none"> - CI: carteira de identidade - CNH: carteira nacional de habilitação - CE: título de eleitor - CN: certidão de nascimento - CC: certidão de casamento - PAS: passaporte - CT: carteira de trabalho - RiC: registro individual do cidadão
modalidadeGeneroPessoa	Tipo destinado a permitir a identificação do gênero de uma dada pessoa, podendo ser: <ul style="list-style-type: none"> - M: masculino - F: feminino - D: desconhecido
modalidadeParticipacaoProcessual	Modalidade de participação de terceiros no processo, quando desvinculados dos polos principais. Pode ser: <ul style="list-style-type: none"> - T - testemunha do juízo - A - assistente simples desinteressado (amicus curiae) - V - vítima
modalidadePoloProcessual	Tipo destinado a permitir a identificação do tipo de polo processual. Deve ser definido usando um dos seguintes códigos: <ul style="list-style-type: none"> - AT: polo ativo - PA: polo passivo - TC: terceiro - FL: fiscal da lei diverso - TJ: testemunha do juízo - AD - assistente simples desinteressado (amicus curiae) - VI - vítima
modalidadeRelacionamentoPessoal	Tipo destinado a permitir identificar qual o relacionamento existente entre uma parte processual (pessoa) e outra pessoa. Por meio disso é que se permite conhecer se é caso de: <ul style="list-style-type: none"> - 'P': representação legal de ascendente (pais); - 'AP': assistência dos pais - 'SP': substituição ou representação processual nos casos de ações coletivas - 'T': tutela



modalidadeVinculacaoProcesso	<p>'C': curadoria</p> <p>Tipo de elemento destinado a permitir a identificação entre processos judiciais. As vinculações podem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 'CX': conexão - 'CI': continência - 'DP': dependência - 'OR': outro tipo de associação que não os anteriores
tipoCadastroIdentificador	<p>Tipo de dados destinado a limitar a entrada de dados relativos a cadastros no Ministério da Fazenda Brasileiro (CPF e CNPJ) e/ou ao registro individual do cidadão (riC). A restrição imposta é que o dado qualificado por este tipo seja integralmente numérico, com 11 (CPF e riC) ou 14 (CNPJ) dígitos.</p>
tipoCadastroOAB	<p>Tipo destinado a permitir a inclusão de dados relativos à inscrição do advogado na Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>O número da ordem deve ser incluído no formato CCDDDDDDDC, sendo os primeiros 'C' dois caracteres indicativos da unidade federativa brasileira em que há a inscrição, os sete dígitos 'D' seguintes o número da inscrição, devendo incluir zeros ('0') à esquerda caso o número tenha menos de 7 dígitos e o último caracter a letra identificadora do tipo de inscrição.</p>
tipoComplemento	<p>Tipo de elemento destinado a permitir a inclusão de complementos de movimentações processuais.</p>
tipoComunicacao	<p>Tipo de elemento destinado a permitir a identificação do tipo de comunicação processual realizada. São valores possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CIT: citação - INT: intimação - NOT: notificação - VIS: vista para manifestação - URG: urgente - PTA: pauta de julgamento/audiência
tipoData	<p>Tipo destinado a identificar uma data no formato AAAAMMDD</p>
tipoDataHora	<p>Tipo de elemento destinado a permitir a indicação de data e hora no formato AAAAMMDDHHMMSS</p>
tipoNumeroUnico	<p>Tipo de elemento que limita a indicação de um número de processo ao padrão da numeração única.</p>
tipoPrazo	<p>Tipo de elemento destinado a permitir a identificação do tipo de prazo estabelecido:</p> <ul style="list-style-type: none"> - HOR: horas - DIA: dias - MES: meses - ANO: anos - DATA_CERTA: data certa - SEMPRAZO: não há prazo para cumprimento (é mera ciência)
tipoQualificacaoPessoa	<p>Elemento definidor dos tipos possíveis de pessoa.</p> <p>Trata-se de enumeração dos tipos possíveis, que são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fisica: pessoa física - juridica: pessoa jurídica, seja de direito público, seja de direito privado - autoridade: enfeixamento de funções; - orgaorepresentacao: órgão de representação jurídica de interesses sem personalidade jurídica própria

O arquivo *tipos-servico-intercomunicacao-2.1.xsd* define os tipos de elementos utilizados nas operações dos serviços WEB definidos neste documento. Estes elementos encapsulam os objetos definidos no arquivo *intercomunicacao-2.1.xsd*, acrescentando outros elementos informativos para as operações. Eis as descrições sumárias:



Nome	Descrição
tipoConsultarAlteracao	Tipo de elemento que encapsula os dados de consulta relativos à existência de modificações em um processo judicial.
tipoConsultarAlteracaoResposta	Tipo de elemento que encapsula os dados de resposta relativos à existência de alterações em um processo judicial.
tipoConsultarAvisosPendentes	Tipo de elemento que reúne o conjunto de dados pertinentes à realização de uma consulta de avisos de comunicação pendentes.
tipoConsultarAvisosPendentesResposta	Tipo de elemento que encapsula os dados de resposta relativos à existência de avisos pendentes. Retorna a indicação relativa ao sucesso da operação, campo de mensagem em texto e zero ou mais objetos do tipo 'tipoAvisoComunicacaoPendente' definido no namespace http://www.cnj.jus.br/intercomunicacao-2.1 .
tipoConsultarProcesso	Elemento destinado a encapsular os parâmetros necessários a uma consulta processual. A identificação do consultante e sua senha são desnecessárias caso tenha havido a autenticação e autorização por meio de certificado cliente.
tipoConsultarProcessoResposta	Tipo de elemento que encapsula os dados de resposta relativos a uma consulta de processo judicial. Retorna indicativo do sucesso da operação, mensagem a seu respeito e zero ou um elemento do tipo 'tipoProcessoJudicial', definido no namespace http://www.cnj.jus.br/intercomunicacao-2.1 , contendo o processo consultado.
tipoConsultarTeorComunicacao	Número do processo judicial em que há comunicação processual pendente para o consultante. O número deve estar no formato previsto pela Resolução 65.
tipoConsultarTeorComunicacaoResposta	Tipo de elemento que encapsula os dados de resposta relativos a uma consulta de processo judicial. Retorna indicativo do sucesso da operação, mensagem a seu respeito e zero ou um elemento do tipo 'tipoProcessoJudicial', definido no namespace http://www.cnj.jus.br/intercomunicacao-2.1 , contendo o processo consultado.
tipoEntregarManifestacaoProcessual	Tipo de elemento que encapsula os dados da manifestação processual que está sendo apresentada. Quando se tratar de processo em curso, deve ser informado o número do processo para o qual é dirigida a manifestação. Caso seja processo originário, devem ser enviados os dados básicos do processo para sua autuação e distribuição.
tipoEntregarManifestacaoProcessualResposta	Tipo de elemento que encapsula a resposta decorrente da manifestação apresentada. Sendo bem sucedida ou não, deve ser fornecido protocolo da operação. O recibo deverá ser apresentado em caso de sucesso.

A partir dos elementos acima, foi elaborado o documento WSDL de modelo de um serviço de comunicação processual a ser ofertado por um tribunal, descrito no tópico seguinte.



4. Serviços Ofertados

A comunicação processual se dará a partir do arquétipo presente no anexo V, editado para refletir os dados de acesso próprios de cada tribunal ofertante do serviço.

4.1 Visão Geral das Operações

Todas as operações têm um só parâmetro de entrada e um só parâmetro de saída, sendo eles de tipos que encapsulam duas informações básicas e o efetivo resultado da operação.

Os dois elementos básicos contidos nos objetos de resposta são um booleano indicando o sucesso ou não da operação e um campo de texto destinado à apresentação de alguma mensagem sobre a operação. Os demais elementos são a resposta efetiva à operação, quando existente.

Seq	Nome	Parâmetros
1	consultarAvisosPendentes	→ consultarAvisosPendentes ← consultarAvisosPendentesResposta
2	consultarTeorComunicacao	→ consultarTeorComunicacao ← consultarTeorComunicacaoResposta
3	consultarProcesso	→ consultarProcesso ← consultarProcessoResponse
4	entregarManifestacaoProcessual	→ entregarManifestacaoProcessual ← entregarManifestacaoProcessualResposta
5	consultarAlteracao	→ consultarAlteracao ← consultarAlteracaoResposta

Seq	Nome	Descrição
1	consultarAvisosPendentes	Operação destinada a permitir que o consultante verifique a existência de avisos de comunicação processual pendentes junto ao tribunal fornecedor do serviço. Essa consulta poderá ser específica em relação a uma parte representada ou, ainda, genérica , relativa aos processos em que o consultante opera como órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública, escritório de advocacia e advogado). O retorno da consulta é um objeto do tipo 'tipoConsultarAvisosPendentesResponse', que contém, além dos dados básicos, uma lista dos avisos pendentes de conhecimento pelo consultante, sendo os avisos do tipo 'tipoAvisoComunicacaoPendente' definido no esquema http://www.cnj.jus.br/intercomunicacao-2.1 . Caso não haja aviso pendente, será retornada uma lista de tamanho zero.
2	consultarTeorComunicacao	Operação destinada a permitir a consulta a teor específico de comunicação processual pendente. O retorno será um objeto do tipo 'tipoConsultaTeorComunicacaoResponse', que, além dos dados básicos, conterá uma lista de zero ou mais objetos do tipo 'tipoComunicacaoProcessual' definido no esquema http://www.cnj.jus.br/intercomunicacao-2.1
3	consultarProcesso	Operação destinada a permitir a consulta a um processo judicial. Não é necessário que o consultante seja representante de qualquer das partes componentes do processo. A operação retornará objeto do tipo 'tipoConsultarProcessoResponse', que contém, além dos dados básicos, um objeto do tipo 'tipoProcessoJudicial', definido pelo esquema

g

		<p>http://www.cnpj.jus.br/intercomunicacao-2.1, caso o processo exista e possa ser acessado pelo consultante.</p> <p>A implementação deverá assegurar que o processo somente seja retornado se o nível de sigilo interno permitir a consulta pelo requerente.</p> <p>Os elementos documentos do elemento processo poderão encerrar apenas binários encriptados cuja chave será fornecida na consultaTeorComunicacao, caso haja intimação pendente para o documento transferido.</p>
4	entregarManifestacaoProcessual	<p>Operação destinada a permitir a entrega de manifestação processual por órgão de representação processual ou por advogado.</p> <p>Essa operação também permite a entrega de petição inicial, caso em que o parâmetro de entrada deverá incluir os dados básicos necessários à distribuição.</p> <p>A operação retornará objeto do tipo 'tipoEntregarManifestacaoProcessualResponse' que, além dos dados básicos, contém o número do protocolo, a data da operação e, se bem sucedida, documento PDF contendo o recibo.</p>
5	consultarAlteracao	<p>Operação destinada a permitir uma verificação rápida quanto à existência de modificações havidas em um processo judicial.</p>

O arquivo, em sua integralidade, consta do anexo III.

Os detalhes da operação podem ser verificados no anexo IV, que contém a documentação relativa ao esqueleto de WSDL a ser adotado pelos tribunais implementantes.

4.2 Autenticação

O meio preferencial para a autenticação dos clientes no serviço deverá ser a troca de certificados digitais expedidos no formato ICP-Brasil. A partir do certificado, o serviço deverá obter o número identificador do consulente (CNPJ ou CPF) e, com isso, validar os acessos independentemente do uso de um par login/senha.

Caso tal meio de autenticação não seja possível no contexto do tribunal, dever-se-á utilizar o par login/senha para a autenticação, assegurando-se, porém, em qualquer situação, que o canal de comunicação entre as partes seja seguro (**https**).

No caso de comunicação entre tribunais, os códigos identificadores serão o resultado da conjunção do campo "J", "TR" e "OOOO" de que tratam, respectivamente, os parágrafos 4.º, 5.º e 6.º do art. 1.º da Resolução CNJ 65, com ou sem a concatenação de outros dígitos identificadores no caso de esses 7 dígitos não serem suficientes para a identificação unívoca do órgão remetente.

4.3 Autorização

Os serviços deverão autorizar o acesso a informações seguindo as regras definidas para cada operação.

No que concerne à autorização, deve ser observado o nível de sigilo pertinente ao acesso. Os níveis de sigilo adotados são os seguintes:

Nível	Nome	Descrição
0	público	Objeto acessível a todos os servidores do Judiciário e dos demais órgãos públicos de colaboração na administração da Justiça, assim como aos advogados.
1	segredo	Objeto acessível aos servidores do judiciário, aos servidores dos órgãos públicos de colaboração na administração da justiça e às partes do processo (inclusive advogados).
2	sigilo mínimo	Objeto acessível aos servidores do Judiciário e aos demais órgãos públicos de colaboração na administração da justiça.



3	sigilo médio	Objeto acessível aos servidores do órgão em que tramita o processo, às partes que provocaram o incidente e àqueles que forem expressamente incluídos.
4	sigilo intenso	Objeto acessível a classes de servidores qualificados (magistrado, diretor de secretaria/escrivão, oficial de gabinete/assessor) do órgão em que tramita o processo, às partes que provocaram o incidente e àqueles que forem expressamente incluídos.
5	sigilo absoluto	Objeto acessível apenas ao magistrado do órgão em que tramita, aos servidores e demais usuários por ele indicado e às partes que provocaram o incidente.

O tribunal que implementar o serviço deverá assegurar que esses níveis de sigilo sejam respeitados. Caso quantidade inferior de níveis de sigilo, deverá encaixar seus níveis no nível da relação acima que for idêntico ou naquele mais intenso que se aproximar do nível local avaliado.

É de responsabilidade dos consumidores dos serviços assegurar o respeito aos limites decorrentes do nível de sigilo dos objetos repassados.



5. Dinâmica das Comunicações

5.1 Entre Tribunais

A comunicação entre tribunais será feita primordialmente por meio do uso das operações *consultarProcesso* e *entregarManifestacaoProcessual*.

Essencialmente, o tribunal remetente originário enviará os dados básicos do processo ou recurso defladrado como uma entrega de manifestação processual originária, indicando todos os dados básicos para a distribuição no tribunal de destino. Cumprida tal atividade, o tribunal de destino, com o código do órgão de origem e o número do processo judicial, realizará uma operação de consulta do processo de origem, podendo complementar, de lá, os elementos e documentos necessários ao processamento do objeto, caso não tenham sido enviados na entrega originária.

Ao concluir o processamento na instância ou órgão de destino, o tribunal de destino realizará, no processo de origem, uma entrega de manifestação processual em que encaminhará os documentos de relevo para o processamento.

Ao realizar a operação de entrega de manifestação processual originária, o tribunal de origem receberá do tribunal de destino o número de protocolo necessário para eventual acompanhamento do processo de destino por meio da operação de consulta. O tribunal de origem e o tribunal de destino assegurarão que, para os processos relacionados entre si, haja liberação de acesso recíproca para a consulta.

Essas comunicações poderão se dar tanto no caso de remessa e devolução de recursos quanto no caso de remessa e devolução de cartas (precatórias, de ordem e rogatórias).

5.2 Entre Tribunais e outros órgãos de administração da Justiça

5.2.1 Protocolo Inicial

No protocolo inicial, a operação *entregarManifestacaoProcessual* será realizada com a substituição do elemento *numeroProcesso* pelo elemento *tipoCabecalhoProcesso*, fazendo constar, nesse cabeçalho, como número de processo, uma sequência de 20 dígitos zero (0).

A distribuição eletrônica e imediata determinada pela EC n.º 45/2004 será feita a partir dos dados componentes do cabeçalho. Caso não seja possível essa distribuição imediata em razão de conflitos entre as competências da comarca ou subseção de destino, a resposta deverá ser de insucesso, com o número do protocolo pertinente, acompanhada de lista de parâmetros com nome "competencia" e valor descritivo das competências possíveis para escolha pelo protocolante em uma nova tentativa de protocolo.

Essa tentativa de protocolo deverá ser mantida no órgão de destino até as 23h59m59s do dia útil seguinte, assim como os hashes dos documentos enviados na primeira tentativa.

Na tentativa seguinte de protocolo, o órgão protocolante deverá indicar, além do cabeçalho, um elemento "parametro" com nome "protocolo-originario" e valor idêntico ao protocolo da primeira tentativa e outro elemento "parametro" com nome "competencia" e valor da competência para a qual pretende a distribuição. Nesse



caso, se a tentativa bem sucedida se der na janela de tempo referida no parágrafo anterior, o sistema do Judiciário deverá considerar como concretizado o protocolo na data e hora do primeiro protocolo.

5.2.2 Avisos de Comunicação

Os atos de comunicação serão realizados de forma passiva pelo Judiciário, como previsto na Lei n.º 11.419/2006, art. 5.º, com a disponibilização no serviço dos avisos pertinentes.

O Judiciário deverá disponibilizar, na data da elaboração do ato de comunicação, um aviso de comunicação pendente (objeto `avisoComunicacaoPendente`). Esse aviso será identificado univocamente e ficará disponível para consulta pelo prazo previsto no art. 5.º referido, ou seja, até a expiração do prazo de 10 (dez) dias previsto no § 3.º ou até o momento em que houver a ciência por meio da operação de consulta de comunicação processual.

Cada operação de consulta de avisos pendentes deverá retornar a quem consulta todos os avisos de comunicação ainda pendentes. Na operação de consulta, o consultante poderá indicar seu código identificador específico, preferencialmente o CNPI, ou o código identificador da pessoa ou entidade a respeito da qual pretende consultar.

Exemplificando, a Advocacia-Geral da União poderá apresentar a consulta indicando o seu código identificador (seu CNPI) ou o CNPI de algum órgão específico que esteja defendendo (ANTT, por exemplo). No primeiro caso, o sistema do Judiciário deverá retornar **TODOS** os avisos de comunicação pendentes relativos a **TODAS** as pessoas/entidades que estejam cadastradas em seu sistema como tendo como órgão de representação a Advocacia-Geral da União. No segundo caso, o sistema do Judiciário deverá retornar **TODOS** os avisos de comunicação pendentes relativos especificamente à ANTT.

5.2.3 Consulta de Comunicação

A consulta de comunicação poderá ser feita de duas maneiras distintas:

- a) consulta direta à comunicação pendente; ou
- b) consulta ao processo seguida de consulta à comunicação pendente.

No primeiro caso, basta o consultante, de posse dos dados obtidos no `avisoComunicacaoPendente`, realizar a consulta da comunicação específica.

No segundo caso, a consulta a processo em relação ao qual há comunicação pendente para o órgão consultante deverá retornar os documentos pertinentes à comunicação encriptados seguindo o algoritmo SHA-1 fazendo uso de chave específica, preferencialmente o hash do arquivo original. Com a consulta posterior à comunicação, os hashes dos documentos pertinentes à comunicação serão enviados e a ciência será concretizada.

A implementação da segunda forma de comunicação é opcional, e os tribunais que não a adotarem deverão assegurar que a consulta do processo pelo órgão destinatário da comunicação implique a ciência da comunicação.